

A Excessiva Fragmentação de Terras (o parcelismo) nas Unidades Familiares de Produção Agrícola e o Desenvolvimento Sustentável

Pedro Selvino Neuman¹
Carlos Loch²

O presente trabalho apresenta os resultados parciais do estudo sobre os impactos socioeconômicos e ambientais do formato territorial das unidades de produção nos diferentes sistemas de produção praticados pelos agricultores familiares na região do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central do Rio Grande do Sul, com o objetivo de subsidiar as políticas que visam promover o desenvolvimento sustentável da região.

A primeira questão abordada no trabalho é a confusão em torno da definição da célula econômica básica na agricultura. O termo Unidade de Produção Agrícola (UPA), pouco usado no Brasil, é empregado fundamentalmente por pesquisadores e instituições que trabalham com o enfoque sistêmico na agricultura, e seu conceito não coincide com os termos mais empregados no meio acadêmico, como o de estabelecimento rural (IBGE) e o de imóvel agrícola (INCRA). A confusão existente entre sociólogos e economistas em torno dos conceitos que definem a célula econômica básica na agricultura, resulta em mal-entendidos sobre a situação da agricultura. Confusão que não é só acadêmica, pois estes conceitos são objetos de inúmeras medidas de políticas agrícolas. A escolha de um conjunto de conceitos e dos dados que descrevem uma população jamais é neutra; ela coloca em evidência relações entre a importância numérica de diversos grupos sociais e sua importância política. Neste sentido, discutir o conceito de célula básica na agricultura é colocar em questionamento a maneira pela qual são selecionados os beneficiários de certas medidas.

A partir do conceito de UPA e de sua pertinência no atual contexto das mudanças que se processam no rural e no agro (a multifuncionalidade da agricultura), são discutidos os fatores responsáveis pela diferenciação de rendimentos das unidades familiares de produção na agricultura. Adotando-se uma visão positiva para o processo de construção da sustentabilidade na produção agrária, devemos ter bem claro um dos principais dinamismos de sua lógica: a pretensão de gerar sistemas de produção que mantenham médias de produtividade similares ao longo do tempo. Portanto, conhecer como evolui e quais elementos que condicionam a produção agrícola nas unidades de produção em uma região determinada é pré-requisito para se construir novas alternativas ao desenvolvimento agrário regional. Em relação ao fator terra (meio de produção) as discussões em âmbito nacional têm enfatizado a quantidade e a qualidade das terras que as unidades dispõem para o processo produtivo. A influência do formato dessas terras (o *layout* do território da UPA) sobre os resultados dos sistemas produção tem sido praticamente negligenciado nas discussões e propostas que visam promover o desenvolvimento sustentável.

Uma unidade de produção agrícola é geralmente pluri-parcelária, agrupa parcelas (glebas) de tamanhos e formatos diferentes e, por vezes, isoladas uma das outras. O excesso do fracionamento do espaço agrícola em parcelas (parcelismo) é um processo característico de regiões com larga tradição em agricultura familiar e com unidades de produção relativamente pequenas. É um fenômeno que se origina principalmente de duas situações: (a) a constituição de

¹ UFSM - Professor da Universidade Federal de Santa Maria. Doutorando em Engenharia de Produção e Sistemas – UFSC - Área Gestão Ambiental. E-Mail: psneuman@eps.ufsc.br

² UFSC - Professor Titular. Departamento de Engenharia Civil. Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil – Área Cadastro Técnico Multifinalitário. E-Mail: loch@ecv.ufsc.br

unidades de produção com formatos territoriais inadequados, ou seja, com um formato muito estreito e demasiadamente longo, e (b) da fragmentação do território, ou seja, a conformação de parcelas isoladas. As unidades demasiadamente longas e estreitas ocorrem com frequência em regiões onde o processo de ocupação do solo ocorreu mediante a divisão dos lotes de forma retangular ou do tipo xadrez (lotes quadrados), no caso brasileiro este processo se verifica nas regiões de colonização européia, conformadas por pequenas unidades familiares. O fracionamento desses lotes é decorrente, na maioria dos casos, do processo de sucessão ou de venda de parte das terras, que acaba resultando em uma divisão das terras em lotes estreitos e demasiadamente longos. A opção por este formato de lote está associada à localização dos rios e riachos e das estradas que permitem o acesso aos lotes, e o fracionamento em lotes menores que o módulo rural é legalmente contornado mediante o artifício do condomínio rural. Já a fragmentação das parcelas, definida pelo Banco Mundial como sendo o processo de dispersão geográfica das terras das propriedades, é resultado da pressão demográfica que força os agricultores a buscarem terras adicionais mais longe de suas instalações, através de compra ou arrendamento. Embora sejam dois fenômenos distintos, pois o desenho de um formato inadequado da unidade de produção não a torna necessariamente mais fragmentada, são originários do mesmo fenômeno que torna as unidades menores: a pressão demográfica.

Os impactos do formato territorial das unidades de produção agrícola podem ser de ordem socioeconômica e ambiental. Entre os aspectos socioeconômicos a literatura internacional destaca os seguintes impactos: dificuldade de circulação e acesso às parcelas da propriedade; distribuição não racional e harmônica das parcelas cultivadas; dificuldade na mecanização; prejuízos decorrentes dos conflitos com parcelas vizinhas; aumento da penosidade e número de horas de trabalho; gasto com deslocamentos; distribuição imprópria da água; perdas de superfície; aumento dos custos da infra-estrutura produtiva; aumento do risco de abandono de áreas mais distantes. Em relação aos aspectos ambientais são apontados os seguintes impactos: efeitos negativos advindos da proximidade das parcelas; distribuição das parcelas sem considerar a aptidão do solo resultando no uso predatório dos recursos; inibição de melhoria e aumento do risco de abandono das áreas mais distantes; dificuldade em utilizar práticas ecologicamente corretas; fragmentação das áreas de mata.

Embora grande parte da literatura internacional aborde o excesso do fracionamento do espaço agrícola em parcelas como um fator restritivo da produção agrícola, são encontradas posições que destacam possíveis vantagens do parcelismo em determinados espaços agrários. Como vantagens cita-se o efeito positivo sobre a organização e divisão do trabalho; a diminuição dos riscos; e o favorecimento da diversificação da produção. Entretanto, a maioria dos autores é enfática em afirmar que a fragmentação é considerada como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável em determinadas regiões rurais, especialmente em países em desenvolvimento, fazendo com que o reordenamento fundiário esteja entre os graus de prioridade mais elevados para a FAO/Divisão de Desenvolvimento Sustentável. Assim, grande parte dos países de agricultura familiar tradicional e de países emergentes, tem implementado ações que visam reduzir o número de parcelas e simplificar suas formas. Tais operações são conhecidas pelos países de língua francesa como *Remembrement*, na língua alemã *Flurbereinigung*, nos de língua espanhola *Ordenación Territorial*, e como *Land Consolidation* nos países de língua inglesa

Palavras Chaves: Agricultura Familiar; Unidade de Produção Agrícola; Parcelismo e fragmentação de Terras; Gestão Territorial; Reordenamento Fundiário; Desenvolvimento sustentável